

## ANAIS ELETRÔNICOS DA I CIEGESI / I ENCONTRO CIENTÍFICO DO PNAP/UEG

22-23 de Junho de 2012 - Goiânia, Goiás.

### POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE SILVÂNIA – GO

NASCIMENTO, Elisângela da Silva<sup>1</sup>  
CAMPOS, Valter Gomes<sup>2</sup>

#### RESUMO

A educação é um fator fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades. Por isso, as políticas públicas são muito importantes para o desenvolvimento local por meio da educação. O objetivo desse artigo é identificar as políticas públicas para a qualificação dos docentes no Município de Silvânia e o seu impacto na vida desses profissionais. Foi empreendida pesquisa documental e os conceitos de políticas públicas para a educação compõem o referencial teórico para análise dos dados dos documentos oficiais e da pesquisa empírica empreendida. Os resultados evidenciaram que existem políticas públicas municipais para a qualificação profissional, mas, se restringem aos documentos oficiais e não se efetivam de maneira satisfatória. Há poucas iniciativas de qualificação; e as existentes se originam no Ministério da Educação do Governo Federal. As iniciativas próprias da Secretaria Municipal de Educação são esporádicas e não têm a adesão da maioria dos docentes. Constatou-se que, embora tenha havido impacto positivo para os professores que participaram dos eventos realizados, a realidade está longe da necessidade de uma política construída de forma coletiva e que se efetive para todo o corpo docente do Município.

**Palavras-Chave:** Educação. Políticas Públicas. Programas Educacionais. Formação de professores.

---

1 Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Assessora Administrativa e Financeira da Cerâmica São Gabriel, aluna do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal do PNAP/UEG. E-mail: elisa.nascimento@bol.com.br

2 Graduado em Teologia e Letras, especialista em Gestão Universitária e Políticas Públicas e Mestre em Educação. Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: valtergc1@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo globalizado, que integra os diferentes países, em caráter econômico, social, cultural e político, a educação aparece como “tendão de Aquiles” para o desenvolvimento dos mesmos. A educação é sem dúvida um pilar que sustenta o desenvolvimento de uma nação. Porque a educação alavanca o desenvolvimento socioeconômico de um país, na proporção que prepara os nossos jovens para o mundo do trabalho. Para alcançarem a independência econômica e aprenderem a viver de forma construtiva em comunidades responsáveis para que convivam e compreendam uma sociedade globalizada e diversificada que se transforma muito rapidamente.

Dificuldades sociais e financeiras são desafios constantes, mas, os governos precisam entender a educação como investimento e não como gasto, pois, além de ser um direito do cidadão, “[...] cada dólar investido na educação da primeira infância dará retorno de nove dólares para a sociedade” (HECKMAN apud ROITMAN, Isaac; RAMOS, Mozart, 2011 p. 39). Nesse contexto, os gestores públicos entram como atores principais, pois cabem a eles executar as leis, projetos, programas, enfim, as políticas públicas educacionais.

A educação básica e a formação de professores deixaram de ser prioridade para a Universidade, para os gestores públicos e, conseqüentemente, deixou de ser uma carreira atraente. A Universidade Brasileira elegeu como foco o fortalecimento da pós-graduação, a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico, além de ter parte do tempo da maioria dos professores comprometido com a burocracia e, assim, se distanciou da formação de docentes para a sala de aula (ROITMAN, 2011).

Os gestores entendem a educação e qualificação dos professores como gasto e não como investimento, por isso, os recursos para a área são cada vez menores.

Os salários dos professores estão cada vez mais defasados e as condições de trabalho não são as ideais, o que tem afastado os jovens dos cursos de formação de professores e do magistério.

Para mudar esse quadro, o magistério precisa ser objeto do desejo do Brasil, com o envolvimento da sociedade e dos gestores públicos, de maneira que, com formação inicial sólida, salário inicial atraente, progressão com base no desempenho docente e boas condições de trabalho, a docência se torne uma carreira promissora e atraente.

Outro fator fundamental para melhorar a educação é a gestão profissional, o que significa dizer que secretários de educação dos municípios, diretores escolares e coordenadores pedagógicos precisam de formação para o trabalho de gestão e não apenas uma indicação política.

Nesse cenário, faz-se necessário uma discussão sobre a educação básica e a qualificação profissional dos docentes como fator de qualidade e sucesso na aprendizagem das crianças.

As políticas públicas educacionais, especialmente, as políticas públicas para a qualificação dos professores precisam ser problematizadas e discutidas. Quais as políticas públicas para a qualificação dos professores da rede municipal de ensino básico em Silvânia? Essa é a questão central desse trabalho, cujo objetivo é identificar as políticas públicas para a qualificação dos professores da rede municipal do ensino básico em Silvânia e analisar o seu impacto na vida profissional destes docentes.

Desse objetivo central, surgem questões específicas como: identificar e discutir as políticas públicas municipais para a qualificação profissional; avaliar se e como o plano de carreira da rede municipal de educação contempla a qualificação profissional dos docentes; analisar a aceitação e o impacto das políticas públicas municipais de qualificação junto aos professores e identificar e

analisar os programas de formação profissional específicos da rede municipal de educação.

Por meio de pesquisa de pesquisa documental fez-se um levantamento dos programas de qualificação existentes e por meio de pesquisa quanti-qualitativa, utilizando-se de questionários respondidos pelos professores da rede municipal de educação de Silvânia, foram coletados e analisados dados para identificar e entender de maneira objetiva se os projetos municipais de Silvânia para a qualificação profissional de seus docentes cumprem o seu papel.

Apresenta-se na primeira parte deste artigo o conceito de políticas públicas, políticas públicas para a educação e apresentam-se as políticas públicas educacionais do Município de Silvânia. Na segunda parte é apresentada de forma minuciosa a metodologia usada para a pesquisa empreendida. Na última parte são apresentados os resultados e discussões da pesquisa.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOCENTE.

### 2.1 Políticas Públicas

As políticas públicas são:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Neste contexto, é necessário definir quem decide o quê, quando e quais as consequências e para quem. Esse processo de definições deve ser submetido ao debate público para a sua elaboração e transparência.

No Brasil as políticas públicas, na maioria das vezes, só existem no papel. E a gestão pública não consegue tornar realidade projetos guardados em gavetas. Talvez sejam necessários sonhos que se realizem, e não realidades sonhadas que não saem do discurso meramente político.

Dentre as políticas públicas, por sua relação direta com o desenvolvimento do país e de seus cidadãos, merecem destaque as políticas para a educação.

## 2.2 Políticas Públicas para Educação

Na opinião de Freire (1994, p. 135) “[...] existe uma ‘politicidade’ na educação no mesmo sentido que existe uma ‘educabilidade’ naquilo que é político. Existe uma natureza política na educação, tal como existe uma natureza pedagógica na ação política”. Isso é constatado quando se percebe que os acontecimentos do mundo afetam a educação escolar e no mundo globalizado, de acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 87)

- a) Exigem um novo tipo de trabalhador, ou seja, mais flexível e polivalente, o que provoca certa valorização da educação formadora de novas habilidades cognitivas e de competências sociais e pessoais;
- b) Levam o capitalismo a estabelecer, para a escola, finalidades mais compatíveis com os interesses do mercado;
- c) Modificam os objetivos e as prioridades da escola;
- d) Produzem modificações nos interesses, nas necessidades e nos valores escolares;
- e) Forçam a escola a mudar suas práticas por causa do avanço tecnológico dos meios de comunicação e da introdução da informática.

Isso pode ser verificado de forma mais clara quando há mudanças mais radicais nos cenários políticos. No Brasil, por exemplo, com a abertura da economia ao mercado globalizado no governo Collor, nos anos 90, houve várias alterações na vida social, econômica e política do país, que levaram à necessidade de mudanças na educação no sentido de preparar o trabalhador para a nova conjuntura capitalista globalizada e muito competitiva e, por isso, as políticas públicas para educação tiveram maior atenção e sofreram muitas mudanças.

Os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, em sequência, consolidaram esse processo, que seguiu a cartilha do Banco Mundial. As exigências externas influenciaram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9394/1996) e os recursos financeiros foram centralizados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Professores da Educação – FUNDEB, um fundo de financiamento para a educação básica (ROITMAN, 2011).

No mesmo processo de mudanças, surgiu o Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010 que foi um avanço no sentido de ser discutido amplamente pelos Estados e Municípios em Conferências Regionais, e por uma Conferência Nacional, a Conferência Nacional de Educação - CONAE (PDE-MEC, 2011), ao se planejar a Educação por um período mais longo, tornando-a uma política de Estado e não de governo, e ao conferir um aumento no nível de investimentos para a educação. No entanto, várias propostas dos atores envolvidos diretamente com a Educação não foram contempladas nesse Plano.

Em 2010 foi enviado ao Congresso Nacional o novo PNE 2011-2020, com previsão do aumento do nível de investimentos para a educação de 4,7% para 7% do PIB. Com isso os repasses da União aos estados e municípios relativos ao salário-educação poderão atingir maior número de municípios,

ampliando os investimentos voltados para a formação e qualificação dos professores entre outros (idem, 2011).

Depois de 15 anos da promulgação da LDB (Lei nº 9394/1996), a educação avançou, mas, existe um abismo entre a realidade e o ideal. A LDB previu ações conjuntas da União, Estados e Municípios em prol da educação básica, mas, ainda, se faz necessário garantir que as crianças façam e terminem o ensino básico e saibam, de fato, ler, escrever, entender o que está escrito e as noções básicas de matemática.

A LDB/1996, também, reafirmou a necessidade de garantir piso salarial nacional para os profissionais da educação, estabelecimento de estatutos e planos de carreira do magistério público e obrigatoriedade de formação superior para todos os docentes, o que, também, é previsto em 3 metas do PNE:

Garantir que todos os professores da educação básica tenham nível superior e formação continuada e metade deles pós-graduação; necessidade de plano de carreira e uma aproximação do rendimento médio do magistério ao de profissões com nível de escolaridade semelhantes (UNICEF, 2010, p. 34).

Porém, a realidade ainda é preocupante, pois se constata “[...] salários nada compensadores, inexistência do plano de carreiras, desvalorização do professor frente à população, alto índice de abandono da docência e a progressiva diminuição na procura pelos cursos de licenciatura” (UNICEF, 2010, p. 45). Este cenário exige que a gestão pública torne a profissão de professor mais atrativa e valorizada, o que é fundamental para o desenvolvimento do trabalho docente e para a educação com qualidade para todos.

As dificuldades na qualificação dos docentes têm início durante a formação dada pelas nossas universidades, que deixa muito a desejar em

relação às necessidades atuais da escola pública. Segundo Gatti (2011, p. 39, 40) existe problemas nessa formação inicial, tais como:

1) Currículo fragmentado: conjunto disciplinar bastante disperso; 2) Apenas 30% das disciplinas oferecidas são dedicadas à formação profissional específica; predominando os referenciais teóricos, seja de natureza sociológica, psicológica ou outros, com associação em poucos casos às práticas educacionais; 3) Os estágios, obrigatórios, são registrados de modo vago, com pouquíssimas exceções. Não há propriamente projeto ou plano de estágio, nem sinalizações sobre o campo de prática ou a atividade de supervisão dos mesmos; 4) A escola, enquanto instituição social e de ensino, é elemento quase sempre ausente nas ementas, o que leva a pensar numa formação pouco integrada onde o profissional- professor vai atuar; 5) As práticas de ensino, exigidas pelas diretrizes curriculares às vezes aparecem embutidas em diversas disciplinas, sem especificação clara, outras vezes aparecem em separado, mas com ementas muito vagas; 6) Na maior parte dos ementários analisados não foi observada uma articulação entre as disciplinas de formação específica (conteúdos da área disciplinar) e as de formação pedagógica (conteúdos da docência; 7) Saberes relacionados a tecnologia no ensino estão praticamente ausentes; 8) Aparecem nos currículos muitas horas dedicadas a atividades complementares, ou seminários, ou atividades curriculares etc., que ficam “soltas”! O que nos leva a pensar que as licenciaturas ocupam um lugar secundário no modelo de universidade brasileira – a formação de professores é considerada de menor relevância e quem a ela se dedica é pouco valorizado.

Depois da graduação, os problemas persistem, só que agora na formação continuada dos docentes, pois, segundo Gatti (idem, p. 40-43), ela é;

[...] feita para “tapar os buracos” deixados pela formação inicial. Algumas conclusões deste trabalho no campo da formação continuada foram: 1) a formação continuada é organizada com pouca sintonia com as necessidades e dificuldades dos professores e da escola ;2) os professores não participam das decisões sobre os processos de formação aos quais são submetidos; 3) os formadores não têm conhecimento dos contextos escolares e dos professores que estão a formar;4) Os 8 programas não preveem acompanhamento e apoio sistemático da prática pedagógica dos professores, que sentem dificuldade de entender a relação entre o programa desenvolvido e suas ações no cotidiano escolar; 5) mesmo quando os efeitos sobre a prática dos professores são evidentes, estes encontram dificuldade em prosseguir com a nova proposta após o término do programa; 6) a descontinuidade das políticas e orientações do sistema dificulta a

consolidação dos avanços alcançados; 7) falta melhor cumprimento da legislação que assegure ao professor direito a formação continuada.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 46) reforçam os problemas encontrados, ao afirmarem que:

a) Os professores são portadores de percepções, de significados, de esquemas de ação já consolidadas, e decorrência de sua formação, da cultura profissional, dos colegas. Nesse âmbito, podem estar também diante de estereótipos consolidados em relação a diferenças psicológicas e sociais entre os alunos. Faz-se necessário considerar esses modos de pensar e de agir para a introdução de mudanças que promovam a ampliação e o aprofundamento da cultura geral dos professores.

b) Algumas características sociais e culturais dos alunos que frequentam a escola atualmente decorrem, em boa parte de fatores externos e podem levar à deslegitimação da autoridade do professor, à sua baixa autoestima, à insegurança para exercer sua liderança na classe, ao despreparo profissional em face desses novos problemas. Surgem, assim, novas necessidades a ser atendidas na formação continuada no próprio contexto do trabalho.

c) O despreparo profissional pode estar associado, também, a uma frágil formação inicial, de modo que se faz necessário investir nas situações de trabalho, em maior conhecimento teórico, envolvendo tanto os saberes pedagógicos como os específicos. Induzem alteração na atitude do professor e no trabalho docente, uma vez que os meios de comunicação e os demais recursos tecnológicos são muito motivadores.

Além dos problemas com a formação em nível de graduação e, também, continuada, há outras dificuldades. Abdalla (1999, p. 51) apresenta a “[...] gestão, o projeto político pedagógico, a organização e a articulação do currículo e o investimento no desenvolvimento profissional dos professores [...]” como as principais dentre elas.

Muito importante para o desenvolvimento da educação e a busca da qualidade são as políticas públicas para a educação nos Municípios.

## a. Políticas Públicas Municipais para a Educação do Município de Silvânia

A rede municipal de ensino de Silvânia possui quatro escolas de ensino fundamental na zona rural, duas multisseriadas, da alfabetização à quarta série e duas seriadas de alfabetização à oitava série. O corpo docente conta com 58 profissionais.

A cidade tem o seu Plano Municipal de Educação - PME, feito em conformidade com as propostas do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE e com o Plano Estadual de Educação.

O PME de Silvânia tem o objetivo de:

[...] transformar a educação municipal em um referencial de qualidade para o Ensino Fundamental em Silvânia; garantir qualidade à educação infantil; educação fundamental; promover a autoestima do corpo docente através de sua valorização, aperfeiçoamento e atualização profissional. (PME, 2001, p. 5).

O Plano Diretor do Município de Silvânia - PDD (Lei nº 1541/2008), também, contempla a área educacional. De acordo com o PDD, o poder executivo adotará no âmbito da educação, dentre outras, as seguintes diretrizes:

III - desenvolver programas de formação profissional específico;

VI - qualificar e valorizar o profissional da educação, efetivando a melhoria da qualidade do ensino e a garantia de sucesso dos escolares, garantindo ao profissional, condições que lhe possibilite o bom desempenho de suas funções, incluindo a oportunidade de formação e aperfeiçoamento contínuos (PDD, p. 25).

Os documentos têm propostas de linhas e diretrizes que dão margem à criação de várias políticas educacionais, mas não deixam claras as metas, os prazos, as ações e nem os responsáveis por elas, de maneira que muitos projetos são desarticulados desses Planos ou ficam engavetados.

Ainda assim, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB da rede pública municipal de Silvânia é 4,9, um índice acima da média nacional, o que gera confiança na educação municipal e em seus profissionais.

Nesse contexto é importante identificar e pesquisar as políticas públicas educacionais, dentre as quais as de capacitação profissional.

## 2.4 Políticas públicas de qualificação docente do Município de Silvânia

Os documentos se referem a essas políticas de maneira geral. O PME, por exemplo, afirma, vagamente, que “[...] contempla oferta permanente de diferentes referências teóricas e metodológicas sobre o processo de ensino, através de seminários, encontros, cursos, oficinas e produções científicas” (PME, 2001, p.7), mas, não há registro da implementação sistemática dessas estratégias de qualificação.

Para atender às demandas de qualificação profissional, os programas estruturados com os quais a Secretaria Municipal de Educação trabalha são os governamentais, como o PROFORMAÇÃO (Programa de Capacitação em Exercício para Professores Leigos) oferecido pelo MEC. A Secretaria, aderiu e participou da Licenciatura Plena Parcelada, oferecida pela Universidade Estadual de Goiás - UEG aos professores que atuavam em sala e não possuíam o terceiro grau completo. Portanto, não foram encontrados registros de Políticas e Programas próprios e específicos da Secretaria Municipal de Educação no que se refere à qualificação profissional dos docentes da Rede Municipal de Educação.

Ao se conceituar Políticas Públicas, dentre as quais as educacionais e, especialmente, as de capacitação do corpo docente, tem-se o referencial para

fundamentar a pesquisa, identificar e discutir se e como elas estão presentes no Município de Silvânia.

### 3 METODOLOGIA

Para identificar as políticas públicas municipais para a qualificação dos professores da rede municipal do ensino básico em Silvânia, utilizou-se o questionário como instrumento de coleta de dados e a pesquisa documental. O impacto dessas políticas na vida profissional dos docentes foi investigado pelo mesmo questionário.

O questionário foi aplicado aos 58 docentes da rede municipal de educação, dos quais apenas quarenta responderam. O índice maior de abstenção foi verificado na Escola multisseriada da alfabetização, numa Escola da zona rural e noutra da zona urbana.

O questionário foi construído com doze perguntas agrupadas em cinco categorias: Programas (perguntas 1 e 2); Plano Municipal de Educação (perguntas 3 e 4); Plano de Carreira (perguntas 5 e 6); Ações da Secretaria da Educação/avaliação das ações (perguntas 7 a 11) e Verificação da relação das respostas com o tempo de docência (pergunta 12). Buscou-se fazer perguntas diretas, de fácil entendimento, e que obtivessem as respostas no mesmo nível. Foram analisadas segundo as categorias explicitadas anteriormente. Os dados de todas as escolas foram tabulados e analisados em conjunto. Para melhor clareza foram feitos gráficos com o resultado final da tabulação de todas as perguntas em separado.

A pesquisadora visitou, pessoalmente, todas as escolas em dias alternados. Apresentou-se com uma explicação rápida e direta sobre os objetivos da pesquisa, distribuiu os questionários e esclareceu que não era necessária a identificação do pesquisado. Após agradecer a colaboração e pedir

para que os questionários fossem entregues na sala da direção, os respondentes foram deixados à vontade para as respostas. Pela percepção do pesquisador, a recepção dos docentes à pesquisa variou do descaso a variados graus de atenção, não sendo possível estabelecer um padrão.

A pesquisa documental avaliou o Plano Municipal de Educação, disponível apenas na Secretaria Municipal da Educação de Silvânia, e o Plano Diretor de Silvânia, encontrado na internet e na Câmara Municipal. Não se encontrou um Plano de Carreira dos docentes da rede municipal de educação de Silvânia e outros documentos que pudessem acrescentar dados sobre as políticas de capacitação no Município.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise documental demonstrou que não há políticas públicas para educação explicitadas e nem como elas seriam construídas. Também, não foram encontrados registros de Políticas e Programas de Qualificação própria e específica da Secretaria Municipal de Educação, como previstos, por exemplo, no PPD. Os cursos de formação continuada em serviço oferecidos no Município são os de iniciativa do Governo Federal e do Governo Estadual. As respostas aos questionários demonstraram que acontecem cursos pontuais e jornadas pedagógicas realizadas pela equipe de coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

Os documentos e os questionários apontaram como principais Programas de Qualificação Profissional o PROFORMAÇÃO (Programa de Capacitação em Exercício para Professores Leigos) oferecido pelo MEC para professores que ainda não estão devidamente habilitados, de acordo com a Lei, para exercerem suas funções pedagógicas, e a Licenciatura Plena Parcelada

oferecida pela UEG, oferecido aos professores que estão atuando em sala e não possuem o terceiro grau completo.

Do corpo docente composto por 58 (cinquenta e oito) profissionais, 22 (vinte e dois) cursaram ou estão cursando o PROFORMAÇÃO e 36 (trinta e seis) cursaram a Licenciatura Plena Parcelada.

Quanto às políticas de valorização do magistério, o PME (2001, p. 10) prevê:

- a) Uma formação profissional que assegure o domínio tanto dos conhecimentos a serem oferecidos trabalhados na sala de aula como dos métodos pedagógicos necessários ao bom desempenho escolar;
- b) Um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo.
- c) Jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada escolar dos alunos, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula;
- d) Um salário condigno, competitivo em termos de outras posições no mercado de trabalho abertas a candidatos com nível equivalente de formação;
- e) Infraestrutura favorável e digna, que possibilite desenvolver o trabalho pedagógico de maneira eficaz.

Portanto, tanto o PME, quanto o PDD apresentam propostas de formação, qualificação contínuos, condições de trabalho e valorização do profissional da educação com vistas à melhoria da qualidade do ensino e conseqüente sucesso escolar, porém, não há clareza nas metas, responsabilidades e financiamento. Desta maneira, há previsão, mas não há planejamento efetivo e provisão dos recursos necessários para, efetivamente, realizar uma Política de Qualificação dos docentes da Rede Municipal de Educação.

Além das conclusões advindas da análise dos documentos oficiais, a pesquisa empírica revela a realidade das políticas de qualificação docente no

Município, apresentada, a partir de agora, por meio dos gráficos agrupados por categorias.

## 4.1 Conhecimento dos programas de qualificação

A maioria dos docentes (55%) conhece parcialmente o programa de formação dos professores do município, sendo que (50%) não conseguiu citar nenhum destes programas. Isto demonstra que apesar de saber da existência destes programas de formação, eles não são bem divulgados pela secretaria de educação do município. Consequência direta da falta de clareza objetiva do Programa de Formação de Professores, onde o Proformação e Licenciatura Plena Parcelada são os únicos programas citados. Isso mostra que há menção e intenções, mas, poucas ações específicas e bem direcionadas.

## 4.2 Conhecimento do Plano Municipal de Educação e sua relação com a qualificação profissional dos docentes.

Em relação ao Plano Municipal de Educação (PME) o padrão da resposta continua o mesmo. A maioria (72,5%) dos docentes conhece parcialmente o PME, e apenas os cursos de curta duração foram os mais lembrados pelos pesquisados como programa de capacitação. O PME deveria ser o documento orientador de todas as políticas e ações da educação no Município, mas, sequer é conhecido pelos docentes. Logo, a percepção que se tem é de um documento feito para cumprir apenas as exigências legais e não é, de fato, o guia para as macros políticas e tomada de decisões.

## 4.3 Conhecimento do Plano de Carreira para os professores e sua previsão para a capacitação docente.

Também, em relação ao Plano de Carreira para os professores do Município de Silvânia, a maioria (62,5%) o conhece parcialmente. As

gratificações (56%), progressões no nível carreira (24%) e cursos (16%) foram em sequência os mais citados. Outra vez, constata-se o desconhecimento que advém da falta real de políticas de valorização docente, especialmente, em relação à qualificação profissional e, conseqüente, melhoria da autoestima, como intencionado no PDD.

#### **4.4 Conhecimento das ações da Secretaria de Educação quanto à qualificação docente**

As ações da Secretaria Municipal de Educação (SME) promovidas para a capacitação e valorização docente, também, são conhecidas parcialmente (57,5%). A oferta de cursos de capacitação pela Secretaria é esporádica e, embora, a maioria dos docentes deles pouco participe, aqueles que participam fazem uma boa avaliação. Constata-se, assim, a falta de uma política de qualificação, que inclusive, é demonstrada pela falta de divulgação das ações e de outras iniciativas para levar os professores a participarem dos eventos realizados.

Dentre os cursos de capacitação, a maioria dos entrevistados não conseguiu citar nenhum curso (40%), seguido dos que conseguiram citar 1 ou 2 cursos (30%); PROINFANTIL e Formação pela Escola. Portanto, as ações lembradas foram às oferecidas pelo MEC e não pela SME.

Mesmo entre os Municípios que são considerados modelo de desenvolvimento e boas práticas educacionais, as iniciativas do MEC são as mais citadas como importantes para o avanço na Educação. Conforme pesquisa realizada pela UNICEF (2010, p. 42), embora essas cidades ofereçam

[...] cursos pontuais e jornadas pedagógicas, cursos de formação governamentais, como o Pro-letramento e o Gestar; programas de formação em serviço; pós-graduação; formação realizada pela equipe de coordenação. Dessas, tiveram maior destaque os cursos disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC): 46,1% dos municípios os consideram um fator importante para o avanço do IDEB, em razão da qualidade dos conteúdos e das metodologias adotadas.

Logo, o problema não reside em que os professores tenham se lembrado das iniciativas do MEC, mas, em não aparecer na pesquisa ações específicas da SME.

#### **4.5 Retorno obtido com as ações de qualificação profissional oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação.**

Em relação ao retorno obtido com a qualificação profissional, o percentual maior de respostas recaiu sobre a qualidade no trabalho (30%). O segundo benefício apontado foi o aumento do nível de escolaridade (20%) e o desenvolvimento de habilidades e competências (17%), o que está de acordo na Parcelada como os programas mais conhecidos e efetivos. Maior reconhecimento (14%) e maior salário (13%) aparecem como resultados não muito expressivos, o que é reforçado pela ausência de um Plano de Carreira Docente no Município. Vale destacar que 5,5% dos entrevistados acreditam que não obtiveram nenhum retorno como os programas de qualificação, o que demonstra a falta de objetividade das ações de capacitação próprias da Secretaria de Educação.

Portanto, as respostas, também, demonstram a baixa iniciativa de qualificação oferecida pela SME.

#### **4.6 Relação das percepções sobre os Programas de Qualificação e seu retorno e o tempo de magistério.**

A questão número 12 do questionário aplicado aos professores procura identificar possíveis relações do tempo de magistério com as percepções sobre a Política de Qualificação Profissional.

A maioria dos profissionais entrevistados tem mais de seis anos de trabalho. Isto tem como implicação o fato de que o desconhecimento ou a

simples constatação da ausência de políticas efetivas de qualificação não está relacionado a pouca experiência ou ao pouco tempo de magistério, uma vez que 16 dos 40 respondentes têm mais de seis anos de trabalho na Rede Municipal de Educação e o número aumenta para 23 dos respondentes, quando se leva em conta o período acima de quatro anos de trabalho.

Os dados demonstram, também, que as poucas ações de qualificação, nem mesmo os cursos de graduação, foram suficientes para aumentar a autoestima dos professores, muito menos os seus salários, mesmo após um período maior de trabalho na Rede Municipal de Educação.

## 5 CONCLUSÃO

Identificar as políticas públicas para a qualificação dos professores da rede municipal do ensino básico em Silvânia e analisar o seu impacto na vida profissional destes docentes. Desse objetivo central, surgem questões específicas como: identificar e discutir as políticas públicas municipais para a qualificação profissional; avaliar se e como o plano de carreira da rede municipal de educação contempla a qualificação profissional dos docentes; analisar a aceitação e o impacto das políticas públicas municipais de qualificação junto aos professores e identificar e analisar os programas de formação profissional específicos da rede municipal de educação.

A pesquisa identificou que as políticas educacionais, especialmente, as relacionadas à capacitação profissional, estão previstas, apenas de forma geral, no PME e no PDD. Não há um planejamento detalhado, que demonstre as metas, os prazos e os responsáveis pelas ações decorrentes dessas políticas.

Portanto, as políticas ficam restritas aos documentos e não se efetivam. As poucas ações identificadas têm, em sua maioria, origem nos programas do Governo Federal e poucas são iniciativas específicas da SME.

A falta de conhecimento dos documentos oficiais e de programas de qualificação revelados pela pesquisa, bem como, a falta de conhecimento (pela inexistência?) do Plano de Carreira Docente, revelam a falta de políticas efetivas de valorização do profissional docente.

As poucas iniciativas próprias da SME tiveram pouca adesão, mas, revelam que podem contribuir para o aprimoramento profissional dos docentes, gerando um impacto positivo, mas, não são suficientes para uma qualificação de qualidade para a importante atividade que ocupam.

Portanto, há falta de clareza e objetivos bem definidos em relação à qualificação docente no Município, bem como um Plano de Carreira bem definido, com ações objetivas de valorização na vida profissional dos docentes, que contribuam para seu desenvolvimento e conseqüente melhoria na qualidade no ensino.

Esse trabalho aponta algumas fragilidades na Qualificação profissional dos docentes de Silvânia e abre caminho para que se façam outras pesquisas que apontem quais ações seriam necessárias para que, de forma coletiva e democrática, se construam políticas públicas para a Educação no Município, que efetivamente se concretizem na capacitação dos profissionais da educação e contribuam para a qualidade e conseqüente melhoria no rendimento de professores e alunos da Rede Municipal de Educação.

## REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia da Científica**: uma guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2007.

BARRETO, A. **A educação infantil no contexto das políticas públicas.** Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, nº. 24, p. 53-65, set./out./nov./dez, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. **PDE-Plano de Desenvolvimento da Educação, Razões Princípios e Programas.**

CAMPOS, M. M.; CRUZ, S. H. V. **Consulta sobre qualidade na educação infantil:** o que pensam e querem os sujeitos deste direito. São Paulo: Cortez, 2006.

COORDENAÇÃO UNICEF. **Caminhos do Direito de Aprender:** Boas Práticas de 26 Municípios Que Melhoraram a Qualidade da Educação. Brasília - DF, 2010.

CURY, Carlos Roberto. **Por Um Sistema Nacional de Educação.** Ed. Moderna, 2010.

DELORS, Jacques (Coord.). **Os quatro pilares da educação.** In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1998.

FERNANDES, Claudia de Oliveira. FREITAS, Luiz Carlos de. In: **Indagações sobre currículo Brasília:** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 52 p.

GATTI, B.; BARRETO, E.S.S. **Professores do Brasil:** impasses e desafios. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil:** a arte do disfarce. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LIMA, Licínio C. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública/Licínio C. Lima:** Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. (Guia da escola cidadã; v.4).

LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** Cortez: 7 ed. São Paulo, 2009.

Plano Diretor Democrático. Disponível:  
<http://www.camaradesilvania.go.gov.br/leis/silvania1541.pdf>

ROITMAN, Isaac; RAMOS, Mozart. **Urgência da Educação**. Ed. Moderna, 2011.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Capes, 2011.

SAVIANI, D. Formação **de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. 2002.